

## GÊNEROS, BIOGRAFIAS E HISTÓRIA

**Suely Gomes Costa**

**Resumo:** *Ao examinar dilemas da produção de biografias, este artigo coloca em destaque as contribuições da história das mulheres, reconhecendo aquelas decorrentes dos estudos das homossexualidades e masculinidades, notadamente nas duas últimas décadas do século XX. Trata da convergência de antigas preocupações da historiografia e de outras mais recentes dos estudos de gêneros relativas a essa produção, diante de perspectivas teóricas cujo caráter totalizador homogeneiza a pluralidade dos sujeitos históricos, um desafio permanente e comum à historiografia e aos estudos de gênero.*

**Palavras-chave:** *estudos de gênero; historiografia; biografias.*

A produção de biografias femininas expande-se de maneira notável diante da crescente consolidação da história das mulheres, um importante legado intelectual dos movimentos feministas. No trato das biografias, essa história, ao inaugurar reflexões sobre as relações de poder masculino/feminino, propiciará sucessivos desvendamentos, tanto de processos sociais mais gerais de dominação, como daqueles mais específicos, mas, com frequência, incorporando paradigmas feministas que a moveram. Assim, biografias traçadas no interior dessas referências configuram as mulheres como vítimas (dos homens) e/ou heroínas (por conquistas obtidas, apesar deles). As críticas aos parâmetros feministas darão

novos rumos aos estudos de experiências masculinas e femininas, individuais e coletivas. A história das mulheres havia reforçado o universalismo contido no enunciado de homem e de mulher, o determinismo do inexorável recorte biológico, o essencialismo presente nas noções persistentes de cultura e de condição femininas, o totalitarismo embutido no conceito de patriarcalismo, dentre outros. O conceito de gênero, nessas críticas, aproxima-se das questões cruciais da produção do conhecimento histórico (DIAS, 1992), transformando significativamente as referências de análise daquelas experiências. Ainda que mantenha embutida a dualidade heterossexual (SWAIN, 2001), esse conceito passa a

erodir o determinismo biológico no trato das relações entre sexos.

A história das mulheres, uma prática de prestígio acadêmico desigual em várias partes do mundo, se nos Estados Unidos, em especial, conquistou notável visibilidade e impulso, como indica J. Scott (1992), ganhou muito pouco espaço no âmbito da historiografia brasileira. Embora introduzidos na produção brasileira das ciências sociais em fins dos anos 80, os debates suscitados pelo conceito de gênero ganham alguma visibilidade e alcance na historiografia do país somente no início dos anos 2000. Antes disso, algumas historiadoras (contadas a dedo) vão-se ocupar dessa matéria, quase sempre por atalhos que contornam tendências intelectuais dominantes nas tradições disciplinares da história. No caso, aplica-se ao Brasil o que Michelle Perrot (2001, p. 7) sugere para a historiografia em geral, quando examina a conjuntura dos anos 70: as feministas haviam feito a história das mulheres muito antes que as historiadoras a fizessem. Mas também é verdade que alguns/algumas intelectuais, dentre os/as quais militantes de movimentos *gays*, em críticas a paradigmas feministas, passam a reexaminar essas referências nos estudos sobre homossexualidades e masculinidades. Na historiografia brasileira, nessas duas décadas, com algumas raras exceções, observa-se uma fraca conexão desse movimento intelectual com a produção dos/das historiadores(as) em geral. No caso específico da prática feminista, dá-se o contrário com relação às tendências verificáveis entre pesquisadoras das ciências sociais, aliás, um sugestivo tema para pesquisa. A pouca adesão de historiadoras e, em certos casos, mesmo a resistência às discussões do conceito de gênero,

embora *um conceito útil de análise histórica*, revelam um pouco dos processos intelectuais que formatam a vida e a obra de homens e mulheres cujo dever de ofício os torna potencialmente produtores de biografias. Nas ANPUH(s) nacionais, entre 1992 e 2000, conferências e mesas-redondas, lugares de pesquisadores de maior grau de prestígio, indicam sobrejamente esse distanciamento; já comunicações coordenadas, lugares de iniciantes, identificam uma crescente visibilidade do tema.<sup>1</sup> Na ANPUH Nacional de 2000, em Niterói, Rio de Janeiro, os estudos de gênero e de mulheres confirmam sua significativa presença nas comunicações coordenadas. Nesse evento, porém, uma reunião de pesquisadores de algumas universidades do país decidiu instalar o GT Estudos de Gênero e História na ANPUH/RJ e em São Paulo, deslocando-se em busca da criação e apoio de mais um outro em Santa Catarina, com vistas à organização do Simpósio sobre gênero na ANPUH/ Nacional, em 2003, para o qual foi oficialmente programada a presença de Michelle Perrot como uma de suas conferencistas. Registre-se o reduzido número de historiadoras e a maior representatividade das(os) pesquisadoras(es) das ciências sociais nos sucessivos encontros da REDEFEM (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas) realizados em Niterói (1994), Belo Horizonte (1998) e, de novo, em Niterói (2001). A mesma tendência se confirma na organização do GT Estudos de Gênero e História, inaugurado no X Encontro da ANPUH Regional/RJ, em outubro de 2002.

Historiadoras de largo prestígio acadêmico, algumas com notável contribuição para os estudos de temas de interesse da história das mulheres, reconhecem

esse distanciamento, atribuindo tal conduta intelectual à memória de um desconfortável modelo analítico sistematicamente antimasculino.<sup>2</sup> Por esta ou qualquer outra orientação teórica, as reservas com que algumas historiadoras trataram essa produção não as impediram de exercer críticas consistentes às polaridades presentes nos estudos feministas. Os impactos desse distanciamento sobre a produção historiográfica – notadamente sobre a de biografias masculinas e femininas na história – estão, ainda, por ser avaliados. Esse tipo de colaboração, tenso por natureza, não deixará de interferir nas relações da história com as férteis contribuições teóricas das ciências sociais trazidas pelo conceito de gênero e pelos estudos das homossexualidades e masculinidades. Isso ocorre quando historiadores(as) aproximam-se de muitas das inquietações intelectuais comuns, sobretudo quanto aos limites explicativos de modelos analíticos universais, essencialistas e totalizantes, questões historiográficas de muitos anos, sem que seja necessário aderir ao feminismo ou ao conceito de gênero. Por diferentes vias, a historiografia contemporânea reaviva antigos dilemas postos à produção do conhecimento histórico, dentre os quais, o das biografias.

### **Biografia como problema histórico**

Sabine Loriga, ao tratar a *biografia como problema* no âmbito da história, tanto subsidia o exame dos impasses recentes postos aos estudos de gênero, como localiza velhos desafios da abordagem da escala microanalítica e da superação dos modelos totalizantes na história:

Essa tendência embora apareça, com frequência, como uma expressão atual da pós-modernidade, vem de muito longe. Se o risco de abandono da *história problema* e o enfrentamento da crise da "*história científica*" aparecem como faces de uma mesma questão, é verdade que conceitos totalizantes de classe social ou de mentalidade passaram a ser largamente criticados quando "*tendiam a reduzir o sentido das ações humanas apenas a um subproduto de forças produtivas e meios culturais*" (LORIGA, 1998, p. 226, grifo do autor).

Essa autora indica o quanto tendências mais atuais de pesquisa biográfica, porque atentas ao cotidiano, vêm-se construindo, sobretudo com a matéria recolhida da história oral, dos estudos sobre cultura popular e da história das mulheres, e, vale acrescentar, também com aquela extraída dos estudos mais recentes das homossexualidades e das masculinidades. Em todas essas matérias, as "subjetividades outras" dos excluídos da memória ganharam visibilidade, redimensionando, desse modo, o valor do método biográfico. Ao longo dos séculos XIX e XX, em face das revisões postas pela crise do heroísmo, a historiografia mostrou que a morte do herói (heroína) "não eliminou a exigência de se estudar os indivíduos". Firmou não só a assertiva de que "a aposta não é mais no grande homem (conceito banido e às vezes desprezado), e sim no homem comum" (LORIGA, 1998, p. 244), mas também a de que "subjetividades outras" de pessoas *comuns e incomuns* movem-se para além das relações de gênero, no interior das de raça/etnia, classe, geração. Nessa perspectiva, as discussões das biografias na história e dos estudos de gênero convergem para pontos comuns. Um deles é dado pela percepção de que as experiências desses homens e mulheres expõem

tensões derivadas de processos sociais cotidianamente vividos. Para essas posturas intelectuais, nexos entre os muitos sistemas de poder e dominação dados por essas diferentes relações sociais abrem inúmeras possibilidades analíticas.

### Escalas analíticas

No caso da história das mulheres, os estudos do cotidiano ajudaram a reconhecer dimensões políticas do mundo privado, até então pouco visíveis na historiografia. No Brasil, historiadoras, quando vinculadas aos estudos de gênero, regra geral, estreitam laços com objetos e referências próprios aos estudos das ciências sociais, aproximando-se bastante dos debates sobre a crise dos paradigmas e os desafios postos pelas orientações microanalíticas. Esses estudos passaram a engrossar o conjunto da produção intelectual da história de escala microsocietária, acumulando indícios da indissociabilidade entre as esferas pública e privada. Com isso, ressaltaram dimensões políticas de muitas relações sociais vividas pelas mulheres, nem sempre vislumbradas por outras abordagens historiográficas (COSTA, 2003; SOIHET, 2000).

Mas o exame dessa indissociabilidade entre as experiências femininas e masculinas colocou em cena os deslocamentos de poder de um sexo para outro, regularidades desvendadas pelos estudos mais recentes de gênero (BUTTLER, 1999). O exame desses deslocamentos e das performances masculinas e femininas não só revela os limites da noção de patriarcalismo, como engendra a superação do determinismo biológico como paradigma, levando a reconhecer o exercício do poder de diferentes sujeitos his-

tóricos – independentemente da anatomia sexual –, mesmo quando admitidos como *excluídos da memória*, em escalas e circunstâncias pouco usuais em certas tradições historiográficas. Por esse mesmo recorte teórico, certamente a vida e a obra de Lima Barreto, um intelectual negro e pobre, podem, por exemplo, situar, nas tensões detectadas, processos sociais singulares capazes de colocar em xeque paradigmas de orientação geral de estudos políticos da Primeira República, como destaca o professor Denílson Botelho (2002). Todavia, também localizam pistas relevantes, mas específicas, que desvendam deslocamentos de poder nas oposições e complementaridades dos gêneros em lutas feministas, como indica Magali Engel (2001, p. 6-11).

Indagações sobre as fronteiras imprecisas que separam a biografia da história não são nenhuma novidade para diferentes correntes historiográficas desde tempos muito remotos. Tendências historiográficas que deslocam a preocupação com os destinos coletivos para as trajetórias individuais relevam outras questões comuns aos estudos de gênero, quando indicam a necessidade de problematizar o modo pelo qual os chamados *excluídos* têm sido tratados nos estudos biográficos. Os deslocamentos de poder de um sexo para outro redefinem a própria dialética da exclusão, mostrando a notável complexidade dos estudos biográficos de homens e mulheres comuns. Quando repensadas nessas referências, antigas tradições narrativas, pouco favoráveis à visão da diversidade histórica, avivam totalidades de muitas imprecisões, mesmo quando o singular é objeto de análise.

## Homogeneidades

A persistência da idéia de uma dada *condição feminina* torna imperceptíveis os deslocamentos indicados. A noção de *condição feminina* restaura não apenas o determinismo biológico de tantos cerceamentos nas análises biográficas. Seu uso cria a homogeneização de diferentes experiências históricas, como, por exemplo, de mulheres *comuns* e *incomuns* e restabelece as (improváveis) identidades (biológicas) das mulheres; do mesmo modo, uniformiza os homens como seus algozes. Essas noções, por terem, por um largo tempo, prevalecido nas orientações teóricas de corte feminista, impregnaram estudos biográficos, organizando representações sociais femininas de heroínas e vítimas e masculinas de algozes, como mencionado, fadadas a reforçar a idéia de identidades e de papéis distintos por sexo, sempre em oposição. Essa orientação de caráter tautológico também prevalecerá no exame das relações de classe, dos chamados *grupos subalternos*, em geral, consideradas como decorrentes da oposição dominados x dominantes. Consentimentos, cumplicidades, complementaridades e compensações entre os sexos e outras relações sociais e sua dialética tendem ali a se dissolver.

Em decorrência, um outro problema analítico tem fortes repercussões sobre as biografias de homens e mulheres: camadas populares também, com frequência, são tratadas de modo homogêneo. Loriga (1998, p. 225) imputa essa homogeneização às noções de quantidade e de anonimato, visíveis em abordagens quantitativas das camadas sociais subalternas, como as de Furet, em 1963.<sup>3</sup> O anonimato associa-se às situações de homogeneidade e estabelece, “de modo

inquietante”, nos estudos de contextualização, “a homologação de uma amostra estatística” (LORIGA, 1998, p. 247). Loriga (1998, p. 247) localiza, num famoso texto de Weber, o princípio da representatividade estatística: personagens *operantes* – tidos como elementos causais de uma certa cadeia de acontecimentos – distinguem-se dos *indiferentes*.<sup>4</sup> Nessa concepção, os *indiferentes*, privados de sua capacidade de agir, de sua força dramática, só se tornam historicamente interessantes, se admitidos como típicos e próximos da média estatística. Esse conceito se confirma quando os indivíduos comuns ficam circunscritos a esse conjunto de anônimos, conforme conceituado também por Furet.

A repercussão dessa orientação pode ainda ser observada, por exemplo, em conceitos elaborados sobre movimentos sociais. No caso das lutas feministas, em geral, a clássica oposição masculino e feminino e a centralidade conferida à reivindicação de igualdade em relação aos homens parecem desviar a atenção das tensões entre as mulheres, vividas nas desigualdades de classes, etnias/raças e gerações. Na história dos feminismos, na Europa do início do século XX, a preocupação com o bem-estar das mães surge na experiência feminista configurada como “maternalismo feminista” ou “feminismo maternal”. Além de peculiar e restrita àquela conjuntura e muito desigual em seus efeitos em sociedades nas quais as classes médias passam a predominar – caso dos diferentes países desse continente e dos Estados Unidos –, essa experiência apóia-se no pressuposto feminista de que a maternidade não era apenas um mero “problema específico” ou uma questão isolada, “mas antes a condição unificadora do sexo feminino”

(BOCK, 1994, p. 437; LEFAUCHEUR, 1994). Esse movimento converge, todavia, para lutas mais gerais ligadas às políticas anticíclicas peculiares à montagem dos estados keynesianos diante das crises capitalistas e irá contar com amplo apoio masculino.

No caso brasileiro, distinguem-se outros problemas analíticos. O conceito de maternalismo tem servido para demonstrar, em certas conjunturas, o poder social das mulheres em geral, também tidas como um conjunto homogêneo, embora as desigualdades entre elas sejam enormes. Desse modo, nessa sociedade, a representatividade estatística das camadas médias é pequena, e as mulheres pobres são maioria. O poder exercido nas lutas feministas por direitos sociais da maternidade – cujo alcance, nos países europeus e nos Estados Unidos, tanto dependeu do poder de influência e da posição social assumida pelas mulheres de classes médias, como de conjunturas específicas (BOCK, 1994, p. 435-440) –, no Brasil, esteve longe de ter os mesmos significados (COSTA, 2002). Depois dos anos 30, é possível verificar no Brasil a intensificação de práticas feministas e não-feministas voltadas para a cobertura assistencial de mulheres anônimas, de mães pobres. Todavia, por essas muitas pobres e anônimas, falam as poucas mulheres de camadas sociais de média e alta rendas. São elas que definem o alcance dessa cobertura e fixam nele direitos, sempre na circunstância de recorrerem às mesmas mulheres pobres para os cuidados de seus lares, numa forma reiterada de deslocamento de obrigações e encargos domésticos, efetivando a *maternidade transferida*, largamente restritiva de acessos a direitos sociais (COSTA, 2002). Ainda que atualizada,

essa *maternidade transferida* guarda muito das antigas formas protecionistas engendradas no espaço doméstico sob o escravismo, em relações de subordinação entre mulheres. As mulheres anônimas não adquirem na historiografia produzida maior visibilidade e, provavelmente, se recolhem algum benefício dessas lutas sociais, vivenciam secularmente, e em seu cotidiano, enormes disparidades sociais, o que as impede de encontrar nessas experiências qualquer “condição unificadora do sexo feminino”. Nas biografias das mulheres *incomuns* ou *operantes*, conforme a citada noção weberiana, tal poder resplandece. As vidas de mulheres anônimas, nesse enfoque, *indiferentes*, nada contam de suas formas específicas de exercício de poder, de resistência e de luta, nem sempre visíveis e não necessariamente alinhadas aos feminismos como movimentos sociais organizados. Nesse sentido, é sugestiva a noção de “feminismos informais” proposta por M. Perrott (2001, p. 23), remetendo à contribuição de McLaren no enunciado do conceito de “feminismo popular”, com base no crescimento dos abortos praticados por mulheres casadas, múltiparas na França, em fins do século XIX. Essa é uma fértil sugestão para rever o anonimato a que integrantes dos segmentos pobres se vêem condenados, e ainda para examinar os sentidos civilizadores contidos nas ações sociais que mulheres de classes médias e altas desencadeiam, regra geral sob o aplauso dos homens.

### Biografia coral

As contribuições demolidoras dos conceitos totalizantes de E. P. Thompson nos anos 60, seguidas de perto por Carlo Ginszburg, nos anos 70, de marcante

oposição ao marxismo ortodoxo e ao estruturalismo, conforme indica essa autora, vão restabelecer “a dignidade pessoal aos vencidos da história, às vítimas do passado”, restituindo-lhes feições e alma. Vale remarcar que mulheres pobres são também plurais em seus muitos “eus”. Aquilo que sublinha Loriga serve, mais uma vez, aos estudos dos gêneros: os impasses a que estão condenados os estudos biográficos residem na tendência à homogeneização de experiências históricas postas pelo anonimato, que, aqui e ali, reedita conceitos totalizadores. Daí a complexidade da tarefa de elaborar uma biografia *coral*, referida por Loriga a coro, como expressão de muitos “eus”, nem sempre considerados nesses sujeitos. Essa dupla mudança na abordagem historiográfica – do incomum para o sujeito comum e do único para o sujeito múltiplo – foi claramente enunciada por Lewis Mumford (1934 apud LORIGA, 1998, p. 245), há mais de 40 anos.<sup>5</sup> Essa perspectiva preserva os maiores desafios metodológicos: mulheres e homens comuns e incomuns vivem diferentes experiências relativas aos sistemas de poder e dominação – de classes, raças/etnias, gerações, por exemplo, com marcas biográficas muito plurais. Por sua vez, a historiografia, nessa concepção, move-se em direção ao que Sabine Loriga chama de *transformação democrática*, por conter as várias representações dos sujeitos históricos antes ocultados. A noção de biografia *coral* leva a prestar atenção às muitas vozes de um mesmo indivíduo em suas muitas relações sociais, algo que não escapará à sagaz observação de Virginia Woolf (1982 apud LORIGA, 1998, p. 245) ao caçoar do hábito dos biógrafos do “explicar uns seis ou sete ‘eus’ quando uma pessoa pode possuir milhares deles”.<sup>6</sup>

## Ilusão biográfica

Em grande parte, o reducionismo histórico se aprofunda em orientações que, regularmente, aprisionam as biografias “numa improvável unidade de sentido [...], uma ingenuidade imperdoável [...]”, confirmando as considerações de Bourdieu (1996) sobre a ilusão biográfica (LORIGA, 1998, p. 246).<sup>7</sup> Bourdieu (1996, p. 185), a esse respeito, chama em apoio considerações de Allain Robbe-Grillet para quem: “[...] o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevistos, fora de propósito, aleatórios”. Por isso, adverte, as biografias, em geral, acabam tratando vidas como numa dada tradição literária. Produzir uma história de vida,

[...] tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 1996)

## O “paradoxo do sanduíche”

Examinar o “paradoxo do sanduíche”, uma expressão usada pelo historiador Charles Firth (da guerra civil inglesa) para marcar estilos de trato biográfico nos quais se constrói um modelo analítico em que “um pouco de contexto, um pouco de existência individual, um pouco de contexto” se combinam (apud LORIGA, 1998, p. 248), é de grande utilidade.<sup>8</sup> É usual, nesse modelo, que o contexto

amarre um presumido tempo fixo aos tempos móveis das biografias, a ciclos de vida, da infância à velhice, experiências nunca percebidas como plurais. Essa conduta, tudo indica, ensejará totalidades em cascata, confirmando mais e mais homogeneidades combinadas entre si (homens e mulheres brancos; homens e mulheres negros; homens e mulheres de tal ou qual etnia; crianças, jovens, velhos, ricos e pobres, brancos, negros, dessa ou aquela etnia etc., em múltiplos arranjos). Há muito de arbitrário no uso do *"paradoxo do sanduíche"*. Para a história, o relevante é o singular das biografias. Este singular, adverte Sabine Loriga (1998), oferece sempre o elemento de tensão que importa para desvendar processos sociais ocultos também pela homogeneização de conjunturas. A biografia não tem como revelar um pretense *espírito do tempo*; em outras palavras, não tem por que descobrir qualquer *essência da humanidade*; ao contrário, importa muito pouco que esse elemento permaneça particular e fragmentado, isso porque, só assim,

[...] por meio de diferentes movimentos individuais, é que se podem romper as homogeneidades aparentes, e revelar os conflitos que presidiram a formação e a edificação das práticas culturais; penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, "façam" eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (LORIGA, 1998, p. 249).

Se a biografia, como criação literária, admite, com liberdade, uma suposta unicidade da existência de um indivíduo, tão presente no estilo narrativo de certas produções jornalísticas, a história, ao con-

trário, vê-se às voltas com um tecido social e cultural mais vasto, e com muitos tempos históricos diversos, coexistentes e tantas vezes contraditórios entre si. No entanto, alerta Loriga, é usual que biografias de homens e mulheres acabem incorporando o princípio da representatividade estatística antes indicado. Isso leva a pensar essa representatividade no entrecruzar de memórias com as quais também se faz a história. Por sua tradição de ofício no trato da biografia, do historiador espera-se que "enraíze a pessoa em seu ambiente" (LORIGA, 1998, p. 247).

### Biografia e memória

Algumas advertências de R. Robin (1989)<sup>9</sup> sobre memória são úteis para pensar o *"paradoxo do sanduíche"* na montagem das relações entre existência individual e contexto. O enraizamento individual acima indicado se faz sobre uma história admitida como comum a indivíduos diferentes, na qual o sentimento de uma pertença leva a supor o compartilhamento de uma certa memória coletiva. Régine Robin vai mostrar que, embora a construção da memória coletiva seja a da memória viva, falta muito para que essa "noção seja clara e heurística". Para pensar tais dificuldades, nesse mesmo texto, recorre R. Robin (1989) a um exemplo de Halbwachs sobre si mesmo:

O que aconteceu na França e no mundo em 1877, no ano de meu nascimento? Era o ano do 16 de maio quando a situação política instável provocou efetivamente a instalação da Terceira República. De Broglie estava no poder e Gambetta declarou "será necessário submeter-se ou demitir-se". O pintor Courbet morreu. Victor Hugo publicou seu segundo volume da *Légende des Siècles*. Terminou-se o bulevar Saint-Germain em Paris enquanto se começou a construção da

avenida da República. A atenção da Europa concentrou-se na guerra russo-turca. Osman Pasha foi forçado a deixar Plevna depois de uma longa e heróica defesa. Fazendo isto, reconstituiu um quadro espacial em que me sinto completamente perdido.

Halbwachs, associando esse conjunto de eventos contemporâneos ao dia de seu nascimento, partes verdadeiras de uma história em marcha, conclui que nada disso é vivo para ele, embora lhe seja familiar. Há muito a refletir, pois, sobre as relações desse suposto universo coletivo e a experiência individual, num certo contexto.

Há, nessa postura intelectual, muito do pressuposto atribuído à *geração*, conceito que também homogeneiza experiências de pessoas plurais, não apenas em idades, mas em seus sentimentos de pertença. Complexos problemas identitários situam-se aí. Uma recente retrospectiva brasileira de artes plásticas – “Caminhos do Contemporâneo 1952/2002” –, exposta na cidade do Rio de Janeiro, no Paço Imperial, em julho/2002, situa a mesma dificuldade. Paralela à mostra artística, painéis com textos e fotografias e projeções de documentários sobre essas décadas enunciavam fatos políticos, num hercúleo esforço de associar a vida e a obra dos artistas expostos com o *seu* tempo, claramente coletivizado e homogeneizado numa dada organização da memória. Diante das obras e especulando sobre o instante criador que as produziu, cabe indagar quantos desses artistas estiveram, de fato, em sintonia com os mesmos acontecimentos políticos listados como cenário de criação de suas muitas expressões artísticas. Esse é bem um exemplo de que o vínculo entre o texto (no caso, as obras de pintura) e o contexto construído, nessa mos-

tra, com a presumida memória viva e a memória normalizada (ou memória de grupo enquadrada socialmente) não se dá sincronicamente. Por outro lado, um trabalho acadêmico sobre essa mesma Mostra revela impressões de sua autora: algumas telas a emocionam e têm a sua preferência. Os trabalhos de Volpi, de geração anterior à sua, trazem-lhe sentimentos vividos na infância, a memória de algo que parece indicar uma experiência, essa sim, coletivamente partilhada:

Deixo o salão dos abstratos, com a beleza da “Cidade Azul” e do “Noturno” de Antonio Bandeira na impressão dos olhos, e com os “Trepantes” de Lúcia Clark, um tanto tímido ali, brincando com a minha imaginação. No último salão, Alfredo Volpi é o primeiro a chamar minha atenção. Não o Volpi das irrepreensíveis linhas em planos silenciosos, mas Volpi da “Cadeirinha”, das “Primeiras fachadas”, do “Carrinho de Sorvete” e das “Bandeirinhas” que me remetem à infância, o Volpi quase ingênuo, quase *naif*. Indecisa com a escolha dos meus olhos, habituados mais ao mundo das formas apolíneas (dos sonhos), quase desisto da escolha (VIANA, 2002, p. 2).

Se um grande desafio intelectual a enfrentar reside na percepção daquilo que é ou não compartilhado no interior de uma mesma nacionalidade, como nesse caso, e numa dada memória admitida como coletiva, avalie-se a extensão das dificuldades de estudos que associam conjunturas nacionais a internacionais. (Penso, então, nas diferenças de imagens e de experiências da 2ª Guerra Mundial: das que chegaram a mim, na infância, em jornais de cinema, em meio às brincadeiras diárias nas mornas areias dos chãos de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, e das vividas, por tantas outras crianças em desespero, no *front* das batalhas). Chartier (2002, p. 11-13), ao entender o mundo como constituído por uma

irredutível diversidade de lugares, coisas, indivíduos e línguas, reafirma que a expectativa de se extrair da experiência individual uma determinada vivência coletiva partilhada longe está de ser resolvida. Por essa razão, de nada adianta recorrer-se ao desejo de fazer, como exemplifica, um Congresso do Mundo; para ele, essa é uma idéia absurda, pois, remetendo à fábula de Borges, em “O congresso”, publicado em *O livro de areia* de 1975, adverte que esse congresso já existe: é o próprio mundo.

### Visibilidades e ocultações

Mais uma outra questão: é usual que a produção historiográfica acabe por ampliar a visibilidade daqueles(as) que, por alguma *boa razão* e apesar de suas histórias singulares, são mantidos à sombra. Hoje, mesmo quando o interesse pelos anônimos se propaga e se acentua – algo perceptível nos registros da escrita impressa, vista e falada – os critérios de escolha dos que, potencialmente, tornam-se notícia e objeto de estudos biográficos oferecem farto material sobre as práticas e as representações sociais que presidem a construção da memória coletiva e a produção biográfica. Os exemplos de virtude e de perversão humanas, ainda tão presentes nos estudos biográficos, mesmo quando tratam de homens e mulheres *concretos*, são evidentes. O aparato seletivo que preside os estudos biográficos, nem que seja pelos cinco minutos de notoriedade de que falava Andy Wharol, está por ser mais bem conhecido. Um estudo cuidadoso dos critérios de elegibilidade das biografias de homens e mulheres a cada tempo está por ser feito; iniciá-lo é a forma de tor-

nar inteligível, em diferentes contextos, escolhas comprometidas com um certo número de representações sociais através das quais reafirmam-se notoriedades conferidas socialmente a certos personagens, heróis e pecadores de cada tempo. De algum modo, estas biografias reiteram papéis exemplares a serem seguidos e/ou execrados. Mas não só. No caso das mulheres, a escolha de musas, de santas e de sedutoras, representações usuais das mulheres examinadas por Anne Higonnet (1994), ainda que hoje sejam mais ou menos distinguíveis, certamente tem orientado muitos desses estudos. Nem o feminismo, ainda nos anos 80, escapou da difusão dessas imagens, com a eleição de suas grandes vítimas e grandes heroínas. A recepção de imagens, essa desconhecida, certamente, se estudada com afinco, tem muito a dizer dos processos identitários, nessa memória de homens e mulheres *fabricada* por homens e mulheres.

As escolhas biográficas expõem ainda alguns fenômenos marcantes do mercado editorial, algo nada desprezível na eleição de temas e sujeitos históricos. Um dado texto biográfico de pessoas tornadas notáveis tem claras possibilidades de vir a ser um *best seller*, numa vinculação indissociável dos produtores de biografias com seus leitores. São os chamados “objetivos mercadológicos”. No que se refere ao ofício do historiador, pessoas notáveis deixam mais rastros de sua história de vida que as pessoas comuns: escritos e outras peças, fontes das quais a historiografia se alimenta, reiteram a positividade das fontes históricas dada como *vantagem*. Uma observação: tais fontes, apesar de tudo, se demarcadas em seus circuitos sociais, podem oferecer – e oferecem – pistas importantes ao estudo

de processos sociais pertinentes a um dado contexto e às estruturas de dominação. Mas, certamente, esses são problemas a mais nos estudos biográficos.

As biografias de homens e mulheres comuns aparecem com maior nitidez na história do tempo presente. A filmografia contemporânea tem feito do anonimato de homens e mulheres possibilidades sempre renovadas de encontro com aspectos inéditos da vida social de muitos tempos. O material historiográfico que aparece no filme *O piano* – uma mulher comum, muda e pianista, chegada à Nova Zelândia para um casamento contratado a distância – pode informar muito das discontinuidades e um pouco das continuidades de práticas muito antigas de casamento por contrato atualizadas numa dada política demográfica colonial, ensejando, porém, a mulheres européias *comuns* experiências muito singulares de novos enraizamentos em mundos tão distantes de suas origens.<sup>10</sup> Quando o filme *Amélie Poulain*, mais recente, conta a história de uma moça ingênua que, com seu próprio senso de justiça, anonimamente, em bordejões, quase ao acaso por Paris, ajuda outros anônimos a seu redor e, com isso, dá um sentido singular a sua própria existência, revela muito da multiplicidade de rumos da sua e das outras vidas *comuns*

tão incomuns.<sup>11</sup> O filme sugere que pessoas sem qualquer notoriedade são sujeitos que constroem universos sociais de muitos tempos e espaços, nada homogêneos, a serem desvendados, por falar de redes sociais, sempre acobertadas pelos duros estudos de contexto, meros cenários urdidos por alguns modelos analíticos à espera de revisões.

A complexidade de examinar biografias está, pois, não apenas nesse entrecruzar de tempos históricos diversos, mas também na associação desses tempos com as muitas intersecções dos espaços plurais de umas com tantas outras vidas, algo sugerido pela exposição “Caminhos do Contemporâneo 1952/2002”:

Trago da exposição a imagem do cubo azul de Ferreira Gullar ao lado da palavra “Lembra”, escrita no espaço em baixo-relevo reservado ao cubo, bem ao centro da superfície toda branca, como um alerta de que a nossa imaginação não está restrita apenas ao espaço que nos cabe, ela pode voar como o “Relevo espacial” do Hélio Oiticica, pode-se transmutar como na série “Livro de Criação” de Lúcia Pape ou pode ir além do fenômeno aparental como no “Casulo”, na “Superfície Modulada”, no “Espaço Modulado” de Lúcia Clark. Vale lembrar que para a imaginação do homem, assim como para a arte, não há limite, não há um único espaço, e ambas sempre vão além do espaço que os nossos olhos alcançam. (VIANA, 2002, p. 3)

Abstract: While examining dilemmas of biography production this article emphasizes the contribution of women history, acknowledging those due to the study of homossexualities and masculinities, specially the ones of the last two decades of the twentieth century. It deals with the convergence of old issues of historiography and more recent ones of gender studies concerning those works, in the face of some theoretical perspectives whose totalizing feature makes homogeneous the plurality of historical subjects, a permanent challenge common to historiography and gender studies.

Keywords: *gender studies; historiography; biographies.*

## Notas

<sup>1</sup> Ver os anais da ANPUH Nacional do período.

<sup>2</sup> Depoimento da professora Martha Abreu, no decorrer do debate sobre o tema Gênero, promovido pelo Centro Acadêmico de História/UFF. Niterói, 29 de outubro de 2002.

<sup>3</sup> Trata-se de: FURET, François. Pour une définition des classes inférieures à l'époque moderne. *Annales ESC*, Paris, ano 18, n. 3, p. 459-474, 1963.

<sup>4</sup> Trata-se de: WEBER, Max. Kristische Studien auf dem Gebiet der Kulturwissenschaftlichen Logik. In: TUBIGEN, J. C. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Mohr, 1954. p. 217-290.

<sup>5</sup> Refere-se a: MUNFORD, Lewis. The task of modern biography. *English Journal*, 23, p. 1-9, 1934.

<sup>6</sup> Trata-se de: WOOLF, Virginia. *Orlando*. Paris: Gallimard-Flammarion, 1982.

<sup>7</sup> Refere-se a: BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 62-63, p. 69-72, 1986.

<sup>8</sup> Loriga refere-se a uma citação de Godfrey Davies, no texto "Biography and History", publicado em *Modern Language Quarterly*, 1, p. 79-94, 1940; e a outra de Oscar Handlin no trabalho "The history in men's live", constante de *Virginia Quarterly Review*, 30, p. 534-541, 1954.

<sup>9</sup> Texto traduzido, com liberdade, por Rachel Soihet, Rosana Márcia A. Soares e Suely Gomes Costa. Mimeografado. Niterói, 2000.

<sup>10</sup> THE PIANO. Dirigido por Jane Campion. Produzido por Jan Chapman. [S.l.]: Australian Film Commission; CiBy 2000; New South Wales Film & Television Office, 1993. / videocassete.

<sup>11</sup> FABULEUX destin d'Amélie Poulain. Dirigido por Jean Pierre Jeunet. Produzido por Jean-Marc Deschamps. [S.l.]: Le Studio Canal+; Filmstiftung Nordrhein-Westfalen; France 3 Cinéma; La Sofica Sofinergie 5; MMC Independent GmbH; Tapioca Films; Victoires Pictures, 2001. / videocassete.

## Referências

- BADINTER, Elisabeth. *Um e o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados providência: 1890-1950. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no ocidente: o século XX*. Tradução de Maria Helena da C. Coelho, Irene M. Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 435-477.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996. p. 183-192.
- BOTELHO, Denílson. *História e biografia: a literatura de Lima Barreto e a Primeira República*. Texto apresentado na mesa-redonda Biografias e História, Encontro Regional de História, 10., Rio de Janeiro, set. 2002. Mimeografado.
- BUTTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagú*, Campinas, v. 4, 1995. p. 37-48.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas, metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 187-208.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, 2 sem. 2002.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.
- ENGEL, Magali. Relações entre os gêneros em Lima Barreto: saúde, sexo e educação. *Revista do IBMR*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 25, p. 6-11, 2001.
- HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 403-433.
- LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, família, estado. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente: o século XX*. Tradução de Maria Helena da C. Coelho, Irene M. Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 478-503.
- LORIGA, Sabine. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 225-249.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.8, n.2, p. 9-41, 2000.

## GÊNERO

PERROT, Michelle et al. A história das mulheres: cultura e poder das mulheres - ensaio de historiografia. Tradução de Rachel Soihet, Rosana M. Alves Soares e Suely Gomes Costa. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2 sem. 2001.

ROBIN, Régine. *Le roman mémoriel: de l'histoire à l'écriture du hors-lieu*. Montréal: Le Préambule, 1989. cap. 2.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 63-95.

SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia: significados para a história. Texto apresentado na mesa-redonda Biografias e História, Encontro Regional de História, 10., Rio de Janeiro., set. 2002. Mimeografado.

SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os *queers* e o heterogênero. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2. sem. 2001.

VIANA, Shirley Gomes. *Caminhos do Contemporâneo 1952/2002*. UFF, IACS, Curso de Produção Cultural, Arte e Pensamento, Niterói, 2002, Mimeografado.